

Por uma perspectiva dialógica na comunicação aumentativa e alternativa

Carla Ciceri Cesa*

Ana Paula Ramos-Souza**

Valdir do Nascimento Flores***

Resumo

Introdução: a Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA) é uma área do conhecimento da prática clínica, educacional e de pesquisa que favorece a intersubjetividade linguística de sujeitos com oralidade restrita e/ou ausente. **Objetivo:** propor um deslocamento da proposta teórica enunciativa de Mikhail Bakhtin como dispositivo de análise do funcionamento linguístico na Comunicação Aumentativa e Alternativa. **Material e Método:** Revisão reflexiva dos fundamentos teóricos enunciativos de Mikhail Bakhtin deslocados para análise de alguns exemplos de situações clínicas e confronto desta proposta com o que existe acerca da CAA em propostas interacionistas ou sócio-interacionistas. **Resultados:** a reflexão permitiu observar que conceitos como o do caráter polissêmico do signo e de intersubjetividade no funcionamento linguístico podem ser fundamentais para acessar as possibilidades de criatividade do usuário ao utilizar a prancha de CAA. **Conclusões:** o estudo de linguagem em uma perspectiva enunciativa poderá auxiliar a dar encaminhamentos terapêuticos para uma melhor abordagem clínica de sujeitos com oralidade restrita ou ausente que necessitem do uso de recursos de Comunicação Aumentativa e Alternativa, por considerar a língua em uso na enunciação.

Palavras-chave: linguagem, linguística, comunicação, comunicação não verbal.

Abstract

Introduction: Augmentative and Alternative Communication (AAC) is an area of knowledge of clinical, educational and research practice which favors the linguistic intersubjectivity of subjects with restricted orality or non orality. **Objective:** to propose a displacement of the enunciative technical proposal by Mikhail Bakhtin as an analysis instrument for linguistic operation in augmentative and alternative communication. **Material and method:** reflexive revision of enunciative theoretical foundation by Mikhail Bakhtin displaced for the analysis of some examples of clinical situations and confrontation of this proposal with that which exists about AAC in the interactionist or social- interactionist proposals. **Results:** the reflexion allowed us to observe that concepts as the one of a polysemic meaning of the sign and of

* Fonoaudióloga, Mestre em Distúrbios da Comunicação Humana da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Docente e supervisora de estágio do Curso de Graduação em Fonoaudiologia da Faculdade Nossa Senhora de Fátima (Caxias do Sul-RS), Fonoaudióloga da Kinder Centro de Integração da Criança Especial (Porto Alegre-RS), Terapeuta clínica a domicílio (Porto Alegre-RS e região metropolitana). ** Fonoaudióloga, Doutor em Linguística e Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Docente e supervisora de estágio do Curso de Graduação em Fonoaudiologia e do Programa de Pós-Graduação em Distúrbios da Comunicação Humana da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). *** Professor de Linguística, Pós-Doutorado em Sciences du Langage pela Université de Paris XII (Paris-Val-de-Marne) e pela Université de Paris X (Nanterre), Docente e orientador do Programa de Pós-Graduação do Instituto de Letras da UFRGS. Bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq (Processo 303327/2007-3).

intersubjectivity in linguistic operation can be fundamental to access the user's creative possibilities when using the AAC board. **Conclusion:** the study of language from an enunciative perspective might help and provide the therapeutic referrals for a better clinical approach for people with restricted orality, or non oral people who need to use augmentative and alternative communication resources when considering the language in use in enunciation.

Keywords: language, linguistics, communication, nonverbal communication.

Resumen

Introducción: la Comunicación Aumentativa y Alternativa (CAA) es un área del conocimiento de la práctica clínica, educacional y de pesquisa que favorece la intersubjetividad lingüística de sujetos con oralidad restringida y/o ausente. **Objetivo:** proponer un desplazamiento de la propuesta teórica enunciativa de Mikhail Bakhtin como dispositivo de análisis del funcionamiento lingüístico en la Comunicación Aumentativa y Alternativa. **Material y Método:** revisión reflexiva de los fundamentos teóricos enunciativos de Mikhail Bakhtin desplazados para el análisis de algunos ejemplos de situaciones clínicas y confrontación de estas propuestas con lo que existe respecto a la CAA en propuestas interaccionistas o socio-interaccionistas. **Resultados:** la reflexión ha permitido observar que conceptos como el del carácter polisémico del signo y de intersubjetividad en el funcionamiento lingüístico pueden ser fundamentales para acceder a las posibilidades de creatividad del usuario al utilizar el tablero de CAA. **Conclusiones:** el estudio de lenguaje en una perspectiva enunciativa podrá ayudar a dar encaminamientos terapéuticos para un mejor abordaje clínico de sujetos con oralidad restringida o ausente que necesiten el uso de recursos de Comunicación Aumentativa y Alternativa, por considerar la lengua en uso en la enunciación.

Palabras clave: lenguaje, lingüística, comunicación, comunicación no verbal.

Introdução

O espaço de atuação clínica e as práticas de pesquisas na área da (re)habilitação neurológica tem se apresentado à Fonoaudiologia de forma bem intensa. Num período não muito remoto a prioridade nesse contingente de conhecimento era somente a avaliação e o tratamento das estruturas e funções neuromusculares orofaciais de sujeitos acometidos por algum dano cerebral. Atualmente, além dessa fundamental prática, associa-se também uma intervenção de/em linguagem que, em muitas situações, requer a implementação de algum recurso de comunicação aumentativa e alternativa (CAA) em indivíduos impedidos de expressão oral, permanente ou temporária.

É sobre esse campo de intervenção fonoaudiológica que se busca refletir no presente estudo. Antes, porém, de dar início ao que constitui o interesse maior deste trabalho, faz-se necessário um ajuste terminológico.

Chun (2009) relata que na literatura internacional, a Comunicação Suplementar e/ou Alternativa

situa-se como *Augmentative and Alternative Communication* (AAC), tendo como subsídios as políticas e recomendações referentes à terminologia da *International Society for Augmentative and Alternative Communication* (Isaac). Nos estudos de Trevizor e Chun (2004) e Chun (2009) ambos afirmam que ainda não há uma versão oficial e/ou consagrada da terminologia nas publicações brasileiras.

Por esse motivo, observa-se diferentes designações em nossa literatura especializada, tais como: comunicação alternativa, ampliada, facilitadora, suplementar, aumentativa e todas as combinações possíveis entre esses termos e outros.

Schirmer e Bersch (2007) consideram que a comunicação é **aumentativa** quando o sujeito utiliza outro meio de comunicação para complementar ou compensar as dificuldades que a fala apresenta, *mas sem substituí-la totalmente*. Raciocínio semelhante é encontrado em Manzini e Deliberato (2006) para quem os termos **suplementar** ou **ampliada** designam uma comunicação de suporte, ou seja, um *apoio suplementar à fala*.

O termo **alternativa**, por sua vez, seria mais bem indicado, segundo Schirmer e Bersch (2007), para os casos em que o sujeito, devido à *impossibilidade de articular ou produzir sons adequadamente*, utiliza *outro meio para se comunicar ao invés da fala*.

Neste trabalho, será utilizada a expressão *comunicação aumentativa e alternativa* (CAA), uma vez que ela cumpre, segundo nossos objetivos, duas funções: por um lado, resguarda tratar-se de uma questão de linguagem na medida em que circunscreve o campo da *comunicação*; por outro lado, possibilita um escopo maior de abrangência dos dados na medida em que são contemplados casos de comunicação complementar (*aumentativa*) e casos de comunicação de suporte (*alternativa*).

Berberian et al (2009) ao realizarem um levantamento bibliográfico sobre a temática em periódicos brasileiros especializados em Fonoaudiologia, observam um baixo número de produção na área, contudo indicam que se faz necessário analisar a produção brasileira do conhecimento acerca desta área em outras profissões que desenvolvem estudos sobre essa temática, como na Pedagogia, Terapia Ocupacional, Fisioterapia, Psicologia, dentre outras.

Nesse sentido, percebe-se uma crescente demanda – tanto de mercado quanto de pesquisa –, onde terapeutas, docentes, discentes e pesquisadores de diferentes áreas passaram a necessitar de conhecimentos acerca de recursos de alta e baixa tecnologia assistiva. Isso é evidenciado em pesquisa de Ratcliff et al (2008), que aponta um crescimento percentual de estudo do tema da CAA nos Estados Unidos – em relação à pesquisa, os autores encontraram 120 teses e 55 dissertações – relacionado às novas exigências para a certificação clínica da American Speech-Language-Hearing Association (ASHA). Esse crescimento, segundo os autores, não está necessariamente associado à formação especializada sobre o tema no meio acadêmico, uma vez que ainda são deficitárias a difusão e as práticas laboratoriais na formação clínica especializada.

É fato que a quantidade de artigos científicos publicados sobre a CAA vem aumentando consideravelmente e, como bem demonstra o estudo de Gregory et al (2006), observa-se que tais produções focam especialmente os processos de seleção do recurso de CAA e sua acessibilidade.

Entretanto, não deixa de causar certo estranhamento o pouco destaque que a problematização

relativa à concepção de linguagem tem nessa área de estudo. São poucos os estudos que se dedicam a refletir sobre que visão de linguagem pode subsidiar uma intervenção fonoaudiológica no campo da CAA. É a partir dessa percepção que este estudo propõe um deslocamento da proposta teórica enunciativa de Mikhail Bakhtin como dispositivo de análise do funcionamento linguístico na Comunicação Aumentativa e Alternativa. Tal deslocamento fundamenta-se *na a priori* segundo o qual o recurso à CAA está diretamente ligado a uma visão teórico-conceitual de linguagem, sem o que se corre o risco de ignorar que a CAA é uma possibilidade de funcionamento linguístico que é produzida a partir de condições de enunciação muito específicas.

Material e método

Três procedimentos compõem a construção desta comunicação: revisão pontual da obra *Marxismo e filosofia da linguagem*, de Mikhail Bakhtin (Volochínov) (1929/1995), com identificação dos aspectos centrais para se pensar um dispositivo de análise enunciativa do uso da CAA; seleção de exemplos clínicos de uso da CAA observados pela primeira autora em situação clínica e consulta bibliográfica – mais especificamente, com foco interacionista e sócio-interacionista – ao que existe na literatura nacional acerca do assunto.

Cabe, ainda, explicitar o critério de escolha da obra Bakhtin aqui contemplada, já que não se ignora a amplitude dos trabalhos do autor. Conforme Flores e Teixeira (2009), falar em Bakhtin requer uma exposição prévia que situe a incursão pretendida, sobretudo, em razão da amplitude de sua obra e da abrangência de aspectos que nela encontram abrigo. Um rápido olhar sobre as publicações a seu respeito mostram que ele é convocado por reflexões nas esferas da história, teoria e crítica literária, filosofia, psicologia, linguística e, neste caso, na fonoaudiologia. Além disso, a densidade de seu pensamento faz com que seja reivindicado por várias correntes: há quem o enquadre como marxista, neo-humanista, até mesmo como um pós-modernista *avant la lettre*.

A escolha feita para este trabalho atende a dois critérios: a) nesse livro, encontra-se claramente formulada – através da distinção tema/significação – a articulação da forma linguística com o uso; b) há nele, também, contornos mais definidos da noção

de intersubjetividade através do reconhecimento de que a palavra tem acento apreciativo ou de valor. Ambos constituem pontos nevrálgicos dos estudos da enunciação e são de especial interesse para os objetivos deste trabalho.

Os exemplos clínicos são retirados do banco de dados da pesquisa “Clínica da subjetividade nos retardos de linguagem”, coordenada pelo Dr. Ana Paula Ramos de Souza, aprovada no Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) – Institucional sob o Certificado de Apresentação para Apreciação Ética número 0117.0.243.000-07.

Os sujeitos investigados autorizaram a utilização de seus dados a partir da assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido por parte de seus responsáveis, após esclarecimentos acerca dos objetivos e procedimentos da pesquisa e garantia de sigilo de suas identidades e de voluntariado.

Para a realização da revisão bibliográfica acerca da CAA, buscamos primeiramente identificar na literatura o foco de investigação dos artigos, assim como, analisar em que bases teórico-metodológicas estão assentadas, quando presentes, as concepções de linguagem.

O critério de busca para a inclusão dos artigos analisados foi a presença de estudos indexados na Bireme (Biblioteca Virtual em Saúde), via base de dados eletrônicos latino-americanos de informação bibliográfica em ciências da saúde. Foram eleitas as bases SciELO (Scientific Electronic Library Online) e LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), independentemente do ano publicação dos artigos. A escolha de tais estudos atendeu a critérios de seleção que abrangeram relatos de caso individuais ou em grupo, experimentais ou não, e de revisão de pesquisas sobre a temática *comunicação aumentativa e alternativa*.

Foram selecionados os seguintes unitermos, conjugados ou não, para a busca: *linguagem e comunicação aumentativa, alternativa e/ou suplementar*.

Resultados da pesquisa bibliográfica

Nas bases eletrônicas de dados foram encontrados, a partir de busca simples, 63 estudos. Como o sistema indicou, aplicando-se apenas a busca por unitermos, repetição do mesmo artigo em diferentes

bases de dados, procedeu-se à busca combinada (unitermos e base de dados) contabilizando um total de 19 artigos.

A partir da leitura desses artigos, observou-se que 6 discorrem sobre inclusão escolar e social, 6 sobre o *design* e acessibilidade do recurso e 14 abordam aspectos linguísticos. Destaca-se que alguns artigos foram enquadrados em mais de uma categoria por abrangerem simultaneamente diferentes temáticas. De acordo com um dos objetivos deste estudo – investigar a concepção de linguagem que perpassa as publicações que se propõem a discorrer sobre a CAA nas bases de dados eletrônicas anteriormente mencionadas – foi realizado um refinamento de busca tendo em vista os artigos que abordavam aspectos linguísticos, tendo como resultado final 4 (quatro) artigos selecionados para a análise e discussão.

Apresentação do corpus bibliográfico selecionado

Para a escrita deste trabalho, foram selecionados os artigos de Panhan, 2001; Vasconcelos, 2001; Chun, 2003; Trevizor e Chun, 2004. A seguir, é apresentada breve síntese dos objetivos e métodos de cada artigo sob análise.

O objetivo do artigo de Panhan (2001) é o de refletir sobre as possíveis dimensões que pode ocupar a tecnologia na comunicação alternativa e suplementar na articulação com a clínica fonoaudiológica, tendo a linguagem como objeto. Considera que a maioria dos trabalhos de CAA está focada em aspectos instrumentais, em especial, em descrição de técnicas e na efetividade do uso desse recurso nas terapêuticas, sem que isso seja acompanhado de uma reflexão sobre o método clínico e a base teórica mobilizada. No trabalho de Panhan (2001), porém, não há a adoção explícita de uma teoria de linguagem.

Vasconcelos (2001), Chun (2003) e Trevizor e Chun (2004) realizaram estudos de casos nos quais procuram assumir mais explicitamente concepções de língua e linguagem.

Vasconcelos (2001) estudou o caso de uma criança (dos 7 anos e 3 meses aos 7 anos e 10 meses) com quadro motor grave (quadriparesia espástica-atetóide) que foi introduzida ao sistema Bliss. É relatado que o sujeito não podia apontar os símbolos, levando a terapeuta a buscar os símbolos através de tentativas e erros com o uso de *sim* e

não pela criança (via olhar e maneios de cabeça), para confirmar as opções dadas pela terapeuta. A eficácia do uso da comunicação alternativa e suplementar resultaria do fato de serem submetidos ao trabalho de escuta do portador de paralisia. Através desse trabalho, a terapeuta consegue interpretar sequências de enunciados, nos quais há o uso de símbolos em conjunto com o uso de letras, para compor relatos de vida (passeio do fim de semana) e permitir narrativas como a do conto de fadas popularmente conhecido como João e Maria.

Chun (2003) e Trevizor e Chun (2004), em diferentes artigos, relatam um mesmo estudo documental e retrospectivo sobre a terapia fonoaudiológica pela introdução do Picture Communication Symbols (PCS) com uma criança de 8 anos não falante. Em Chun (2003, p. 60), o caso tem uma descrição mais detalhada do sujeito. Nesse artigo, a criança é apresentada como um menino que estudava numa escola de ensino regular e sua comunicação apresentava fala restrita a poucos vocábulos, além de vocalizações, gestos e expressões faciais. Segundo informações colhidas com a mãe na entrevista inicial, apesar das diversas convulsões aos 7 meses, o menino apresentou desenvolvimento motor global de acordo com o esperado. Nessa entrevista, também foi relatado que, em maio de 1994, o menino fez um exame que acusou alteração no hemisfério cerebral direito. Em 1998, o menino foi atropelado, em função do que, além de ter fraturado a mandíbula, manteve-se inconsciente. Como sequela desse acidente, a mãe relatou que seu filho passou a apresentar dificuldades no controle da baba. O artigo destaca que até a finalização do manuscrito o diagnóstico neurológico estava indefinido.

Esse sujeito recebeu terapia individual e grupal de linguagem dos 5 aos 7 anos, sem avanços na fala, quando foi introduzido o PCS. A proposta teórica de linguagem baseia-se na perspectiva vigotskyana. O resultado terapêutico foi avaliado como sendo positivo já que, por meio do PCS, o sujeito passou a produzir relatos de vida diária, a manifestar sentimentos e a ampliar o processo de interlocução com outro. O uso do PCS teria ampliado espontaneamente o desenho e incentivado a aquisição da linguagem escrita, sendo possível ao terapeuta perceber um funcionamento na linguagem maior do que era possível antes da introdução ao PCS. É dito ainda que havia uma percepção da compreensão ampla de linguagem do sujeito, mas este não

possuía recursos expressivos. No ambiente familiar e escolar, o sujeito não utilizava o PCS, sendo este exclusivo à terapia.

A partir da síntese apresentada, optou-se, na elaboração deste trabalho, por apresentar uma reflexão própria sobre a clínica que faz uso de comunicação aumentativa e alternativa (CAA), inspirada nos pressupostos do dialogismo bakhtiniano. Alguns exemplos de casos atendidos pela primeira autora deste texto são fornecidos para ilustrar tal reflexão.

Discussão do corpus bibliográfico: o deslocamento de um paradigma instrumental para o funcionamento intersubjetivo na CAA

Os quatro artigos em estudo criticam o foco excessivo nas características como tipo e *design* do recurso, no entanto, não chegam a apresentar uma base teórica que aborde o funcionamento de linguagem para pensar a introdução e manutenção do recurso.

Panhan (2001) considera que o fonoaudiólogo perde a especificidade do seu fazer ao privilegiar somente aspectos do *design* e acessibilidade do recurso. Destaca que a tecnologia é aliada, é uma ferramenta, mas há a necessidade de se ter um método clínico, uma teoria de linguagem, que embase o fazer terapêutico, privilegiando a língua em uso na intervenção com a CSA.

Vasconcelos (2001, p.80) afirma que “... se, de um lado, se assume que há mais além da impossibilidade motora nestes casos, de outro, não se chega a enunciar uma clínica de linguagem quando se propõe a implementação de tais sistemas, nem se escapa da redução da linguagem à comunicação”. A autora, portanto, considera que a simples escolha do recurso ou da composição de símbolos a partir do recurso selecionado para compor uma prancha manual ou digitalizada não garante um funcionamento linguístico efetivo ao usuário e seus interlocutores na CAA.

A autora critica o uso do recurso como substituto para a fala e o entendimento da ausência de fala como ausência de linguagem. Como afirma Chun (2003, p.56), “a impossibilidade motora de fala, comumente, é considerada de modo equivocado como ausência de linguagem, o que reduz a mesma à sua dimensão articulatória, e o uso dos CAA ao mero acionamento de botões ou ao ato de apontar

símbolos”. Tal visão não escapa ao risco de se reduzir a aquisição da linguagem à memorização de palavras faladas, aqui substituídas por símbolos gráficos, comumente vista nas práticas fonoaudiológicas de origem comportamentalistas

Sobre essas práticas fonoaudiológicas cabe se deter um pouco mais, uma vez que elas dizem respeito à intervenção fonoaudiológica no campo da linguagem de uma maneira geral e podem ser estendidas, *pari passu*, à atuação com CAA.

Diversos autores (Cardoso, 2002; Palladino, 2004; Surreaux, 2006), de distintas perspectivas teóricas, discorreram sobre isso de maneira crítica. Tais autores, guardadas suas especificidades teórico-metodológicas, têm em comum a argumentação favorável à ênfase na linguagem em funcionamento na relação interlocutiva. Embora não se dediquem ao estudos sobre CAA, seus trabalhos são de sumo interesse para os objetivos deste artigo porque eles permitem valorizar, no âmbito da intervenção fonoaudiológica, o funcionamento linguístico intersubjetivo, o que pode, sem dúvida, ser estendido ao trabalho clínico com CAA.

Cardoso (2002), por exemplo, registra que a Fonoaudiologia no Brasil foi vista inicialmente como uma especialidade técnica, ocupando um lugar deixado em aberto por outras ciências. O autor defende que a heterogeneidade da área é, em princípio, produtiva, desde que isso não implique a absorção, de maneira reducionista, de recursos externos à fonoaudiologia, o que caracterizaria, nas palavras do autor, uma clínica de empréstimos. Surreaux (2006) defende que se reconheça a heterogeneidade da linguagem como algo a ser considerado na clínica, o que implicaria a valorização das peculiaridades de linguagem. Em ambos o que se vê é a admissão de uma visão de linguagem que dê abrigo à diversidade distante, portanto, de uma visão comportamentalista e conseqüentemente de uma clínica comportamentalista.

Isso vem bem ao encontro da perspectiva de trabalho com CAA aqui defendida. Como se pode facilmente verificar, as fragilidades da clínica fonoaudiológica com sujeitos impedidos de se comunicar oralmente são muitas e parte dessa fragilidade se deve a uma ausência de discussão mais aprofundada no campo da linguagem de forma a subsidiar a atuação em CAA. Por esse motivo, fomenta-se uma mudança de paradigma –, especialmente, quando se trata de uma abordagem que se restringe ao aspecto instrumental da CAA – para

que o funcionamento linguístico entre interlocutores seja balizador de uma visão de linguagem em que o uso é parte essencial.

Na última sessão deste texto, discorreremos sobre a perspectiva bakhtiniana de entendimento da linguagem e sobre como pensamos que esse entendimento pode garantir uma utilização verdadeiramente dialógica dos recursos de CAA. A mudança de paradigma que a visão dialógica de Bakhtin pode operar nesses casos, acreditamos, é de alcance transversal ao campo da clínica e afeta, inclusive, aqueles que, estando em torno do sujeito em tratamento, são seus interlocutores privilegiados. Incluem-se aí, sem dúvida, os membros da família, cuja participação é fundamental na utilização da CAA como recurso da clínica, além de os próprios profissionais envolvidos em terapêuticas dessa natureza.

Considerando os quatro artigos revisados, percebe-se que há um avanço em relação às concepções comportamentalistas tradicionalmente utilizadas na terapêutica e educação de sujeitos com deficiência. Há distintas propostas de linguagem que, embora distintas, descendem de uma perspectiva filosófica próxima. Os quatro artigos utilizam autores que, de algum modo, abordam a relação entre a linguagem e aspectos do seu funcionamento.

Vasconcelos (2001, p. 81), ao retomar a recusa de Ferdinand de Saussure (1916/1989) da língua como nomenclatura, afirma que os chamados sistemas gráfico-visuais são, de fato, um amontoado de símbolos: eles não se articulam como um sistema, não fazem rede, ou seja, não passam de nomenclaturas. Assim, se o fonoaudiólogo não adotar uma reflexão teórica que aborde a organização linguística, não poderá pensar sobre o trabalho com os símbolos numa dinâmica de linguagem em sessão. Buscando efetivar tal reflexão, a autora revisa aspectos da *teoria de valor* proposta pelo mestre genebrino.

Valores que emanam do sistema são decorrências das relações ditas associativas e sintagmáticas. Na opinião de Vasconcelos, é o valor que diz do funcionamento *autônomo* da língua (Vasconcelos, 2001, p. 81). A autora utiliza a palavra *autônomo* porque, no seu entendimento da teoria de Saussure (1916/1989), os princípios que regem a língua são intrínsecos ao próprio sistema da língua.

Para ela, “Os ‘símbolos’ dos SCAS não falam por si. Eles não se articulam como um sistema no sentido saussureano” (Vasconcelos, 2001, p. 81).

Na opinião da autora, “Eles não se articulam como um sistema no sentido saussureano. Sua eficácia resulta, portanto, do fato de serem submetidos ao ‘trabalho da língua’, num texto; só aí eles podem vir a significar” (Vanconcelos, 2001, p. 81).

O artigo de Vasconcelos (2001) traz contribuições fundamentais, embora nos distanciemos de sua interpretação da noção de língua em Saussure. Quando a autora considera que os símbolos dos Sistemas de Comunicação Alternativa e Suplementar (SCAS) – uma vez que *não falam por si* – não se articulam como um sistema no sentido saussuriano pode conduzir à conclusão de que a língua, para Saussure (1916/1989), é algo que *fala por si*. A língua em Saussure, mesmo considerando-se apenas as informações presentes no *Curso de linguística geral* (CLG), fonte do trabalho de Vasconcelos, não pode ser definida como algo que *fala por si*. Saussure (1916/1989), mesmo no CLG, é bastante atento ao uso da língua feito pelos falantes, o que ele nomeia de fala (*parole*). Isso significa que a noção de *valor* em Saussure carrega algo da noção de *fala* e, com ela, algo dos falantes.

Vasconcelos, no entanto, tem razão quando afirma que a eficácia dos símbolos dos CAA resulta do fato de serem submetidos ao que chama de “trabalho da língua”. Assim, língua e discurso articulados são as condições de possibilidade dos CAA, pois permitem o funcionamento de uma linguagem que já está presente via escuta do sujeito. São sujeitos que falam e escrevem apesar de não poderem articular sons ou efetivar o ato motor da escrita.

Também acreditamos que os símbolos da CAA devem ser contemplados no funcionamento linguístico entre o usuário e seu interlocutor, através do qual o conhecimento linguístico que o sujeito possui, via escuta da língua, irá ser projetado sobre os recursos pictóricos da CAA.

Acerca de como tal projeção ocorrerá em um funcionamento linguístico, a autora aborda a articulação teórica entre sujeito, linguagem e discurso, lembrando a partir disso, a diferença entre o ouvir e o escutar. Ouvir é fenômeno fisiológico, e o escutar é mais do que isso: envolve interpretação – é o fenômeno linguístico. A escuta nos remete ao sujeito, à linguagem e aos seus efeitos de sentido. Para que escuta e interpretação ocorram é preciso haver alteridade e relação entre sujeitos. Isso fica evidente no relato do caso, nos momentos em que demonstra o relato que o sujeito faz sobre passeio

a *camping* com a família. Também na narrativa de João e Maria, o sujeito apresenta processos de aquisição da escrita que demonstram cruzamentos entre fala e escrita, escrita e fala, e escrita e escrita. Cita exemplos como Juão para João em que a oralidade se materializa na escrita, e Janão que parece uma fusão de chão quanto João, processo em que a escrita dá materialidade a “uma fala na escuta de quem não pode falar” (Vasconcelos, 2001, p. 82). Com esse relato a autora demonstra como o fonoaudiólogo e o educador especial podem possibilitar o movimento da criança na linguagem, desde que reinterpretados por uma teoria de linguagem e uma clínica de linguagem.

Panhan (2001) reforça algumas das afirmações de Vasconcelos (2001) ao dizer que:

Desse modo, no caso das patologias da linguagem em questão, falamos de uma clínica na qual, no reconhecer, nomear e apontar os símbolos gráficos na prancha de comunicação, ou no ato motor de acesso ao símbolo, não está o fazer fonoaudiológico. A proposta é ver o sujeito enquanto interlocutor, entendendo a linguagem enquanto funcionamento discursivo, e a clínica como espaço de interlocução. (Panhan 2001, p.57)

Conforme se pode verificar no artigo de Vasconcelos (2001), a CAA não é um sistema que produz relações de valor sem a presença de um diálogo entre interlocutores que já possuem um domínio da língua e um funcionamento discursivo. O trabalho de Vasconcelos demonstra, portanto, um avanço em relação às teorias tradicionais que tomam a tarefa de introdução da CAA como algo pedagógico e comportamentalista. Distancia-se, assim, de algo que poderia ser visto como um dicionário de símbolos por meio do qual o sujeito pode, por reforço positivo, dizer o que necessita. No entanto, tal proposta não permite pensar nas limitações linguísticas do recurso, que só pode tomar vida diante de interlocutores já constituídos num funcionamento linguístico.

Mesmo propostas que se embasam numa teoria como a vigotskyana – em Chun (2003) e Trevizor e Chun (2004), os processos de mediação e aprendizagem no uso da CAA são contemplados, por exemplo – parecem insuficientes para abordar o aspecto que, em nossa opinião, é fundamental na introdução e uso da CAA, qual seja: o da articulação da forma linguística com o uso entre interlocutores. É sobre isso que se discute a seguir.

Uma visão enunciativa bakhtiniana em CAA

Dentre as teorias existentes buscou-se embasamento na teoria enunciativa de Mikhail Bakhtin (Volochínov) (1929/1995), pois se acredita que seus pressupostos poderão contribuir para a reflexão clínica em relação à introdução e ao uso mais efetivo do recurso da comunicação aumentativa e alternativa. Alguns dos conceitos importantes para esta reflexão são o de *sinal*, *signo*, *polissemia* e *dialogismo*.

Marina Yaguello ao escrever o prefácio do livro *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, de Mikhail Bakhtin (Volochínov) comenta que o autor coloca em evidência a inadequação de todos os procedimentos de análise linguística (fonéticos, morfológicos e sintáticos) para dar conta da enunciação completa, seja ela uma palavra, uma frase ou uma sequência de frases. A enunciação é a unidade de base da língua, compreendida como uma réplica do diálogo social, de natureza social e, portanto ideológica. Pensar a enunciação como unidade de base da língua nos moldes bakhtinianos oferece algumas saídas para o dilema de como pôr em funcionamento linguístico as figuras que compõem as pranchas de CAA, usualmente designados de símbolos.

Flores e Teixeira (2005) registram que os pressupostos bakhtinianos quanto à concepção de linguagem valorizam forma e uso e que estes se articulam no processo de constituição de sentidos no discurso. Os autores ainda reforçam o valor da enunciação na obra de Bakhtin, dizem que “A enunciação é o evento de passagem do sinal ao signo”. (Flores e Teixeira, 2005, p.51).

Bakhtin afirma que para o sinal passar ao *status* de signo é preciso um funcionamento linguístico entre interlocutores. Tal funcionamento se faz dentro de um sistema linguístico aberto, formado por signos que emergem da interação. O autor pontua que enquanto a forma linguística for considerada pelo receptor como um sinal, ela não terá nenhum valor linguístico. Para o autor, o que importa é que a forma linguística figure num dado contexto, aquilo que a torne um signo adequado às condições de uma situação concreta dada, não enquanto sinal estável e sempre igual a si mesmo, mas somente enquanto signo sempre variável e flexível. Portanto, o significado das palavras é construído mutuamente, compartilhado e atualizado

pelo contexto de uso num terreno interindividual, onde a consciência individual é gerada através de um fato sócio-ideológico.

Portanto, os signos só emergem da interação, conforme se depreende da afirmação seguinte:

“A pura “sinalidade” não existe, mesmo nas primeiras fases da aquisição da linguagem. Até mesmo ali, a forma é orientada pelo contexto, já constitui um signo, embora o componente de “sinalidade” e de identificação que lhe é correlatada seja real. Assim, o elemento que torna a forma linguística um signo não é sua identidade como sinal, mas sua mobilidade específica; da mesma forma que aquilo que constitui a descodificação da forma linguística não é o reconhecimento do sinal, mas a compreensão da palavra no seu sentido particular, isto é, a apreensão da orientação que é conferida à palavra por um contexto e uma situação precisos, uma orientação no sentido da evolução e não do imobilismo”. (Bakhtin (Volochínov), p. 94, 1929/1995)

Tal perspectiva de Bakhtin permite pensar que os símbolos da CAA possuem, se vistos descontextualizadamente, um valor de sinal que só assumem valor de signo na interação entre interlocutores. Assim, a introdução de tal recurso só teria sentido se construída a partir da participação dos seus usuários, no caso da clínica o sujeito com impedimento de fala e seus familiares.

Outro aspecto importante, decorrente do que foi dito acima, é a possibilidade de pensar que a lista de símbolos não precisa ser necessariamente exaustiva e objetiva, preocupação muito frequente dos fonoaudiólogos, pois a possibilidade de se usar com flexibilidade um mesmo símbolo, cujo valor de signo irá ser definido a cada situação de enunciação, permite pensar que o foco principal da terapêutica deve ser o modo de uso do recurso e não a lista de símbolos.

Uma situação hipotética dessa flexibilidade está no fato de um símbolo que, originariamente, foi colocado na prancha para assumir determinado signo, poder assumir o valor de outro, em um contexto em que o símbolo necessário esteja ausente. Exemplificando, um menino, usuário de CAA, mostra o símbolo do *banheiro*, dando-lhe o valor do signo *sair*. A terapeuta descobre, após deixar a sala com o menino e sua mãe para ir ao banheiro, que o que ele desejava era ir embora.

Dessa forma, defende-se, aqui, que os símbolos da CAA para deixar de ter o valor de figura (sinal) e para passar a ter o estatuto de signo (conforme a

visão de Bakhtin) necessitam que sejam colocados em funcionamento entre interlocutores na clínica e nos demais ambientes da vida de seus usuários.

Outro aspecto importante da proposta bakhtiniana é pensar a polissemia. Bakhtin (Voločínov), num propósito de originalmente investigar sobre o processo de aquisição de uma língua estrangeira, contribuiu para um melhor entendimento da polissemia. O autor afirma que a unicidade da palavra não é assegurada pela unicidade de sua composição fonética, havendo também uma unicidade inerente a todas as suas significações. Afirma também que uma palavra é onisignificante, pois:

“se um complexo sonoro qualquer comportasse uma única significação inerte e imutável, então esse complexo não seria uma palavra, não seria um signo, mas apenas um sinal. A multiplicidade das significações é o índice que faz de uma palavra uma palavra”. (Bakhtin (Voločínov) p. 130)

Sendo assim, o autor afirma que o problema fundamental da semântica só pode ser resolvido pela dialética, pois a pluralidade de sentidos, as plurissignificações, só ocorrem durante a interação verbal, realizada através da enunciação ou nas enunciações, que são de natureza social, constituindo assim a realidade fundamental da língua.

Assim, retomando o exemplo anterior, é possível pensar que o símbolo do banheiro, ao adquirir o estatuto de signo num diálogo entre terapeuta, menino e sua mãe, pode significar sair. Esse fato é de especial importância, pois, por mais que se investigue os símbolos necessários a uma prancha de CAA, não se poderão esgotar as necessidades do usuário. Deve-se considerar que há usos inusitados cujos símbolos serão os índices que se tornarão signos num funcionamento linguístico entre os interlocutores. Estes devem estar dispostos a escutar o sujeito usuário de CAA. Quanto a isso, cabe registrar que pensar sobre a dimensão da escuta demandaria considerar os processos intersubjetivos a partir de uma teoria em que o sujeito possa ser abordado em seus aspectos psíquicos, o que excederia demasiadamente os objetivos do presente estudo.

Outro exemplo surge do relato de uma mãe de uma adolescente de 15 anos que tem grave disfunção neuromotora (quadriparesia espástica em decorrência da encefalopatia crônica infantil). A menina estava a indicar com o olhar um desenho de linha do *Picture Communication Symbols* – PCS

que representava o adjetivo dor nas costas em sua prancha de comunicação. A mãe – percebendo que por mais que fosse nítido que era realmente aquele desenho que a filha indicava, não era a dor nas costas que estava afligindo – começou a elencar possibilidades relativas à demanda instaurada pela menina. Descobriu por fim que o que sua filha queria dizer (mesmo na ausência da oralidade) era que estava com coceira nas costas.

Nesse caso, o que se vê é que a menina pôs a linguagem em funcionamento, passando a figura *dor nas costas* a ter um estatuto de signo, que refrata (modifica) ou reflete algo, passível de atualização conforme o contexto. No caso, a figura *dor nas costas* foi atualizada, sem conceito fixo e imutável, possibilitando assim que fosse descoberto que na realidade o que a adolescente pedia era uma ajuda, pois estava com uma coceira nas costas. Através da enunciação, da fala, se dá a atualização, por isso que o caráter polissêmico do signo dá especial socorro às reflexões fonoaudiológicas para atuação clínica com esse recurso.

Outro exemplo é o de um menino com quadriparesia coreoatetóide sem oralidade, que, na época com 9 anos, direcionou através do olhar o signo do animal *vaca*, para usar não como substantivo, mas como um adjetivo para opinar sobre uma pessoa que havia sido deselegante num dado contexto.

Percebe-se que, nos exemplos relatados, os usuários de CAA e seus respectivos interlocutores atualizaram as figuras durante o contexto de uso como signos e não as consideraram como sinal, fixo e imutável e é assim que a fala do outro faz circular sentidos.

À luz destes pressupostos, pode-se pensar em maneiras de mudar o paradigma da clínica fonoaudiológica na ausência da oralidade. Abandonar as infrutíferas tentativas da oralização quando a ordem do orgânico se impõe (dispraxias e disartrias graves, etc) e valorizar as alternativas para que ocorra a estruturação da língua em si e da linguagem. A ordem da linguagem é de implicação e não de submissão aos aspectos orgânicos (Frazão, 2004).

Essas considerações reforçam as afirmações de Vasconcelos (2001) sobre haver uma projeção de falantes sobre os recursos da CAA para que seu funcionamento ocorra. Avançam, no entanto, quando isso pode ser refletido a partir da perspectiva de passagem do sinal ao signo pela interlocução ocorrida na enunciação. Parece-nos que esta reflexão é fundamental para que se possa pensar no uso

efetivo do dia-a-dia da CAA. Terapeutas, familiares e educadores devem preparar-se para essa abertura a novos sentidos a partir de um número muito limitado de sinais. Também permite pensar no caminho mais importante para a escolha dos símbolos para a prancha: escutar, não ouvir apenas, seu usuário. Ele dará os caminhos através do uso crescentemente complexo e criativo que fará da prancha. Esse uso, no entanto, só pode ser pensado numa perspectiva dialógica, fundamentada no conceito de diálogo.

Bakhtin (Volochínov) refere-se ao diálogo como sendo uma das formas mais importantes de interação verbal, mas o próprio autor tem o cuidado de registrar que se deve compreender este termo num sentido mais amplo, “não apenas como a comunicação em voz alta, de pessoas colocadas face a face, mas toda comunicação verbal, de qualquer tipo que seja” (Bakhtin (Volochínov) p. 123). A vida da linguagem está para Bakhtin (op. cit) impregnada de relações dialógicas. Assim, o ato de tomada de consciência de si próprio implicaria a existência do olhar do outro. Na perspectiva bakhtiniana a fala é heterogênea, pois se pode apresentar através de múltiplas formas de manifestações de linguagem, na qual o contexto verbal e extra-verbal são considerados a partir do viés da enunciação.

Retomando os exemplos anteriores é possível pensar que a alteridade dos sujeitos está presente em suas manifestações e nos pontos de vista assumidos diante da prancha. Os sujeitos portadores de PC utilizaram de modo criativo os recursos limitados que a prancha oferece, socorrendo-se do contexto não verbal para que sua linguagem pudesse manifestar-se. Os interlocutores, a partir de um esforço interpretativo, permitiram e ancoraram esse funcionamento linguístico, demonstrando que reconhecem ali, onde não há fala, mas ela se manifesta de um modo alternativo, a presença de alteridade e linguagem.

A partir de tais reflexões pode-se pensar que a não generalização do uso da CAA aos diversos contextos de vida, fora da clínica, observada em muitos casos, pode estar relacionada ou à forma como se aborda o recurso a partir de concepções de linguagem que tomam a língua como código, ou à impossibilidade de reconhecer ali, no sujeito com ausência de fala oral, um interlocutor. Esse

aspecto, como já mencionado, demandaria adentrar em teorias de subjetividade o que é, certamente, temática de outro artigo.

Considerações gerais

O estudo da linguagem nos moldes bakhtinianos, em particular, e da linguística enunciativa, em geral, poderá auxiliar a dar encaminhamentos terapêuticos para uma melhor abordagem clínica com sujeitos que necessitem do uso de recursos de Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA), por considerar a língua em uso. A teoria da enunciação de Bakhtin (Volochínov) parte do pressuposto de que todo o homem interage e é interdepende de outros indivíduos, portanto entende-se que a intersubjetividade é dada *a priori*.

Nesse sentido, a participação ativa da família para que se dê este funcionamento linguístico é fundamental, por ser este núcleo significativo para o sujeito. Portanto, o foco de intervenção além de ser diretamente com o usuário da CAA, deve contemplar a família e demais parceiros conversacionais significativos, em contextos formais (terapias e escola) e informais (passeios, supermercado, consultas, etc).

Pontuamos que para Bakhtin (Volochínov) o locutor serve-se da língua para as suas necessidades enunciativas concretas através das formas normativas num dado contexto concreto, que obtém nova significação quando atualizada em diferentes contextos e neste sentido pode-se refletir sobre uma concepção de linguagem que perpassa o uso do recurso da comunicação aumentativa e alternativa, possibilitando um melhor aproveitamento de todo aparato de alta e baixa tecnologia disponível, especialmente das pranchas de comunicação.

Por fim, ressaltamos que nos casos de impossibilidades expressivas orais, pensa-se que o uso do recurso nos moldes discutidos pela teoria bakhtiniana, além de fazer circular diferentes sentidos para os signos da CAA, poderá inclusive colaborar para a estruturação da linguagem em casos em que esta esteja em processo inicial de aquisição, permitindo uma participação mais ativa em termos enunciativos desde os primórdios evolutivos do sujeito portador de paralisia cerebral.

Referências bibliográficas

- Bakhtin M. Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem (1929). 7.ed.. São Paulo: Hucitec; 1995.
- Berberian AP, Kruger S, Guarinello AC, Massi GAA. A produção do conhecimento em fonoaudiologia em comunicação suplementar e/ou alternativa: análise de periódicos. *Rev CEFAC* 2009;11(2):258-66.
- Cardoso JL. Dialogismo e fonoaudiologia: a intersubjetividade na clínica [dissertação de mestrado]. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul; 2002.
- Chun RYS. Comunicação suplementar e/ou alternativa: favorecimento da linguagem de um sujeito não falante. *Pro Fono* 2003;15(1):55-64.
- Chun RYS. Comunicação suplementar e/ou alternativa: abrangência e peculiaridades dos termos e conceitos em uso no Brasil. *Pro Fono* 2009;21(1):69-74.
- Flores VN, Teixeira M. Introdução à linguística da enunciação. São Paulo: Contexto; 2005.
- Flores VN, Teixeira M. Enunciação, dialogismo, intersubjetividade: um estudo sobre Bakhtin e Benveniste. *Bakhtiniana* 2009;1(2):143-64.
- Frazão YS. Conhecimentos essenciais para entender bem as relações entre linguagem e paralisia cerebral. São José dos Campos, SP: Pulso; 2004.
- Gregory E, Soderman M, Ward C, Beukelman DR, Hux K. AAC. Menu interface: effectiveness of active versus passive learning to master abbreviation-expansion codes. *Augment Altern Commun* 2006;22(2):77-84.
- Manzini EJ, Deliberato D. Portal de ajudas técnicas para educação: equipamento e material pedagógico especial para educação, capacitação e recreação da pessoa com deficiência física: recursos para comunicação alternativa [evento na internet]. 2.ed. Brasília, DF: MEC, SEESP; 2006. [acesso em 20 ago 2008]. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ajudas_tec.pdf
- Palladino RRR. Desenvolvimento da linguagem. In: Ferreira LP, Befi-Lopes DM, Limongi SCO. *Tratado de fonoaudiologia*. São Paulo: Roca; 2004. p.762-71.
- Panhan H. A tecnologia no espaço clínico e terapêutico fonoaudiológico. *Temas Desenv* 2001;10(58-9):55-8.
- Ratcliff A, Koul R, Lloyd LL. Preparation in augmentative and communication: an update for speech-language pathology training. *J Med Speech Lang Pathol* 2008;17:48-59.
- Saussure F. *Curso de linguística geral* (1916). São Paulo: Cultrix; 1989.
- Schirmer CR, Bersch R. Comunicação aumentativa e alternativa. In: Schirmer CR, Browning N, Bersch R, Machado R, organizadores. *Atendimento educacional especializado: deficiência física*. Brasília, DF: MEC, SEESP; 2007. p.57-129.
- Surreaux LM. Linguagem, sintoma e clínica em clínica de linguagem [tese de doutorado]. Porto Alegre, RS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul; 2006.
- Trevizor TT, Chun RYS. O desenvolvimento da linguagem por meio do sistema pictográfico de comunicação. *Pro Fono* 2004;16(3):323-32.
- Vasconcelos R. Paralisia cerebral e comunicação alternativa e suplementar: linguagem em funcionamento. *Temas Desenv* 2001;10(58-9):79-84.

Recebido em jul/09; aprovado em jul/09.

Endereço para correspondência

Carla Ciceri Cesa
Av. Prof. Paula Soares, 315 ap. 302
Jardim Itu-Sabará – Porto Alegre – RS
CEP: 91220-450

E-mail: carlacasafga@yahoo.com.br